

PRONUNCIAMENTO À CARTA DA ANPEGE

Inicialmente gostaríamos de agradecer a oportunidade de nos colocarmos em relação à carta encaminhada por nossa associação, ANPEGE, e no sentido de nos posicionarmos em relação a pontos destacados em reunião empreendida com Coordenadores de Curso na cidade de São Luis.

Nos sentimos muito à vontade no sentido de estabelecer o presente diálogo e vis-à-vis o reconhecimento da importância da citada instituição na construção de uma Pós-Graduação em Geografia de qualidade. Certamente a constituição dela nos termos atuais reflete muito da capacidade daqueles que estiveram, e se encontram, à frente desta associação, no estabelecimento de uma cultura característica da Área de Geografia.

As discussões sempre foram intensas em nossas reuniões, e desde seus primórdios, mas nunca se perdeu de vista o objetivo primeiro que nos reunia, construir uma imagem virtual da ciência geográfica em relação às demais ciências, com o estabelecimento de seu estatuto, tanto nas escalas nacional como internacional.

É esta “chama” que carregamos conosco e que nos levou a assumir a responsabilidade da Coordenação de Área junto à CAPES.

Desta “chama” sempre nos preocupamos no sentido de deixar claro que o papel da Coordenação de Área é, sobretudo, político e a denotar possibilidade de conquistas da Área em relação às demais, das Ciências Humanas, passando pelas Biológicas e Engenharias e Geociências.

Neste gênero de enfoque adotamos postura similar aos Coordenadores de Área que nos antecederam e cujo empenho justifica conjunto de conquistas que obtivemos e que tanto impactaram na área. A título de exemplo podemos nos referir à: i. Classificação de Livros, com estabelecimento de critérios de avaliação a denotarem pioneirismo da Geografia, até hoje lembrado por alguns colegas do Conselho Técnico Científico - Ensino Superior (CTC-ES); ii. Avaliação dos periódicos com implementação de uma sistemática de avaliação, a utilizar índices e um “approche” qualitativo (especificamente a Ficha de Avaliação), que atualmente foi replicada na Grande Área de Ciências Humanas, especificamente com a utilização do Índice H dos últimos cinco anos na classificação de seus periódicos. Somam-se, assim, ao já feito desde a última avaliação pela Geografia e a Psicologia, apresentando-se, no momento, necessidade de adequação nossa à escala de tempo de cinco anos e no sentido de permitir uma análise comparativa com os periódicos da Grande Área de Ciências Humanas.

Deste gênero de conquista associada à adoção de procedimentos de análise, os coordenadores que nos antecederam conseguiram fortalecer a imagem da Área no CTC-ES. Do posto, não recai mais sobre a Geografia a assertiva dos colegas das demais áreas de que somos uma área a não adotar critérios objetivos e procedimentos claros de avaliação, dispondo de uma natureza subjetiva, a flutuar no mar característico do humor daqueles que avaliam.

Herdamos, assim, este contexto favorável e que intentamos preservar, posto garantir uma ambiência favorável ao encaminhamento das propostas de nossa área e que justificam sua expansão e consolidação no último decênio. Referimos-nos à ruptura de dinâmica assimétrica marcante nos primórdios (decênios de 1970 e 1980) e que hoje cai por terra, na instituição de uma Geografia Nacional (verdadeiramente) explicada, de um lado, em uma produção qualificada e de referência na ciência nacional e internacional (se considerarmos o volume de citações envolvido em relação ao que produzimos) e, de outro, em uma formação de mestre em escala nacional. O único limiar a transpor é o da formação de doutores, cujos apontamentos de ruptura já podemos vislumbrar no papel de destaque que instituições da periferia próxima de São Paulo (UNESP/PP, UNESP/RC e UNICAMP) e de Belo Horizonte (UFMG e PUC-MG), bem como da periferia distante de Curitiba (UFPR) adquirem. Não dá, nestes

termos, de deixar de considerar ruptura da última fronteira neste domínio de formação, com a criação recente dos dois primeiros doutorados da Região Norte: UNIR e UFPA.

Do supramencionado ficou claro para nós o volume de responsabilidade a recair sobre nossos ombros, dado que nos levou, desde o início, a assumir a postura de beber na fonte daqueles que nos antecederam, com levantamento e leitura de todos os documentos e no sentido de não adotar uma prática de ruptura, ou seja “reinvenção da roda”. Soma-se, nestes termos, o segundo valor incorporado por nós, o de manter a cultura da área. Comungamos, portanto, com a preocupação dos colegas que construíram a carta em epígrafe.

Da citada cultura, retomamos a prática de envolvimento das Coordenações de Curso. A oportunidade se apresentou em 2015, no Seminário de Meio Termo organizado pela CAPES e a contar com a participação da grande maioria dos Coordenadores de Cursos e Programas. Neste momento houve, também, a possibilidade de acompanhar a citada reunião online, via Vídeo Conferência da CAPES (http://uploads.capes.gov.br/files/Apresentacoes_Seminario.rar).

Na oportunidade, e diferentemente dos colegas que me antecederam, tínhamos condições concretas e objetivas de estabelecer uma análise parcial dos dados relativos a 2013 e 2014, bem como da discussão de aspectos estratégicos na área. Apropriando-se deste meio técnico informacional mais do que favorável, conseguimos disponibilizar aos Coordenadores de Curso, com antecedência, conjunto de exposições em Power Point, bem como de informações e estudos a enfocarem temas como: i. Avaliação dos Periódicos; ii. Produção Qualificada, com utilização do índice H dos curso e programas, a alimentar banco de informações sobre as publicações mais importantes da área em termos de citações.

No primeiro domínio, dos periódicos, enviamos arrazoado com antecedência a todos os Coordenadores de Curso e Programas, contendo elementos reflexivos derivados da avaliação de periódicos empreendida em relação aos produtos de 2014. Este material serviu de balizamento à discussão realizada sobre o tema no dia 4 de agosto de 2015. Discussão que não poderia deixar de ser calorosa e em relação à qual, um colega questionava sobre realização de avaliação apenas de periódicos novos e a conseqüente não realização da avaliação dos

demais, com manutenção destes periódicos nas classes nas quais se encontravam em 2013. Explicamos os motivos envolvidos na adoção deste posicionamento e consoante à dificuldade de lidar com conjunto de informações utilizadas anteriormente pela área, mais especificamente a consulta aos pares. Defendemos assim uma análise pautada no Índice H, já testada e balizada pelo colega que nos antecedeu, e no formulário de avaliação.

Deparamos-nos, nestes termos, com o paradoxal, haja vista não podermos descartar, na manutenção da cultura da área, a necessidade de refinamento dos procedimentos e de adequação de linguagem ao novo contexto. Foi neste sentido que justificamos, em carta enviada aos coordenadores com antecedência, a adequação da linguagem constante na Ficha de Avaliação e nos termos transcritos abaixo:

“Necessidade de refinamento do formulário de classificação das revistas, utilizado pela área, que necessita ser aprimorado nos termos apresentados pelos indexadores mais importantes da área, mais especificamente na Scielo. Cientes desta importância tomamos a liberdade de solicitar a colega, com atuação viva no Fórum de Editores da ANPEGE, proposição de uma planilha excel a apontar elementos delineadores do procedimento de avaliação estabelecido na Scielo (ANEXO). A intenção é a de que o preenchimento do mesmo seja realizado pelos coordenadores de Curso e Programas. Tal procedimento também permitiria o conhecimento pleno e detalhado das exigências envolvidas na inserção de nossos periódicos na Scielo. Impor-se-ia, assim, a natureza indutora do procedimento em foco e cujo desdobramento suplanta a mera utilização das informações para classificação da área”.

Do apresentado e discutido em Brasília foi deliberada a prática de envolver os colegas coordenadores no processo de avaliação dos periódicos, o que foi

objeto de carta com orientações e anexos encaminhados e em relação aos quais bom número de programas se pronunciou, analisando os periódicos a eles associados em tempo hábil: PUC/MG, PUC/RJ, UEM, UFES, UFG/Catalão, UFG/Jataí, UFG, UFMG-Ituiutaba, UFMS, UFPA, UFPEL, UFPI, UFRJ, UFRN, UFRR, UFSC, UFSM, UFC, UNESP/PP (acadêmico e profissional), UNESP (profissional), UNICENTRO, USP/GF, USP/GH e UVA. Lembramos ainda o encaminhamento de documentos após a data estabelecida (oito colegas) e resultante da impossibilidade, justificada, de alguns no cumprimento do demandado. Tal dado nos levou a esclarecer prontamente que a natureza da atividade não traria prejuízo a nenhum periódico, sendo a Comissão de Avaliação obrigada a proceder à coleta dos dados e informações necessárias à análise das obras em foco.

Do segundo domínio, Índice H dos programas, realizamos estudo analítico a permitir entender comportamento da área no domínio das citações. Concordamos, neste sentido, com o demandado pelos colegas, a apontar a necessidade de testar, com antecedência, as proposições. Defendíamos, na inclusão deste procedimento, dar continuidade ao tratamento focado nas obras de qualidade dos cursos e programas. O paradoxal novamente se apresenta na utilização de dados provenientes da Plataforma Google Acadêmico e que nos permitiu construir um conjunto de mapas representativos das citações em escala nacional e, pautado em um estudo de caso (estado do Rio de Janeiro, por possuir cursos em instituições de natureza jurídica diversa e com notas do 3 ao 7), vislumbrar o conjunto de obras associadas aos programas, destacando as três mais importantes e no sentido de alimentar banco de dados relativo à avaliação da produção qualificada (pensada pelo Coordenação que nos antecedeu). Tal procedimento se apresenta como uma possibilidade de utilização de dados qualitativos à se contrapor à predominância do foco em relação a trabalhos produzidos em uma escala de tempo prefixada (a da avaliação). Justificamos, pautados em experiência vivenciada na área de Química, a diversificação do procedimento de análise, preso, grosso modo, à idéia da produção em si (quantitativo de trabalhos qualificados publicados). A intenção é a de verificar na área quais os trabalhos que se tornam referência nos programas e que são veiculados em livros, coletâneas e periódicos. Seria um gênero de informação a

utilizar no CTC-ES, evidenciando, assim, o papel estratégico dos livros e coletâneas no volume de citações encontrado na Geografia.

Outras possibilidades se apresentam neste domínio, especificamente o da verificação da relação do Índice H com a nota do curso e que pode nos servir para validar o nível de excelência e de relevância de nossos cursos junto aos das demais áreas na CAPES. Nossos cursos nota 7 e 6 se encontram dentre aqueles com maior volume de citações, os cursos nota 5 têm comportamento no qual alguns dentre eles têm citações no mesmo patamar dos notas 6 e 7. O mesmo se aplica em relação a alguns cursos nota 4 e 3 em relação às notas imediatamente superiores. O destaque vislumbramos no caso da UNESP/RC (um dos cursos pioneiros da Geografia e com grande importância na área), cujo Índice H é 5, independente do posicionamento atual no grupo dos cursos nota 4.

Do apresentado e discutido em Brasília procedemos envio de orientações e material aos colegas coordenadores e a apontar necessidade de cadastramento dos Professores Permanentes na Plataforma do Google Acadêmico (em vias de execução).

Da discussão em relação ao pensado pela Comissão de Área, nos termos da natureza do seminário de Brasília, nível amplo de participação dos colegas reforçou nossa expectativa em relação ao evento e nos levou a realizar conjunto de alterações a refinar a cultura de avaliação da área.

Primeiro destacamos alteração no cronograma de atividades, proposto e como reflexo da necessidade que sentiram em se posicionar em relação à fala do então Presidente da CAPES, Carlos Nobre. Do posto alteramos um pouco o cronograma de atividades e no final os coordenadores construíram documento devidamente entregue pela Coordenação de Área à presidência da CAPES.

Segundo evidenciamos o movimento sonoro em relação ao tratamento dado à co-autoria na pontuação dos docentes. Com posicionamento quase unânime dos coordenadores fomos convencidos do tratamento da co-autoria no nível de importância que merece, de equivalência à autoral.

Terceiro enaltecemos a recepção de contribuição de programa (PUC/MG) a apontar necessidade de detalhamento de aspectos da Ficha de Avaliação da Área, com destaque no concernente aos parâmetros de avaliação da inserção

internacional. Fomos, novamente convencidos da necessidade de tratamento detalhado da mesma, dado que nos conduziu a propor participação dos coordenadores no certame. A proposta acatada foi a de que, inicialmente, enviaríamos a citada ficha aos Coordenadores de cursos e programas para realizarem sugestões e, na sequência, procederíamos alterações necessária. Tal procedimento foi seguido, tendo sido a ficha alterada enviada aos coordenadores. Das alterações realizadas, aquela que implicou em alteração substancial de nosso procedimento de análise, baseado na ficha, foi a inclusão de uma planilha (anexa à Ficha de Avaliação) com estabelecimento de parâmetros de avaliação do nível de internacionalização e a incidir sobre os cursos notas 7, 6 e 5.

Neste domínio da participação dos colegas coordenadores finalizamos com indicação de procedimentos a adotar na Avaliação de Livros, ampliado participação deles com a solicitação do preenchimento da Parte II da Ficha de Avaliação. Criou-se um contexto no qual as Coordenações puderam realizar análise parcial de suas obras e pautada nas orientações encaminhadas. Trata-se de um gênero de produto muito caro à Área e cuja participação deles potencializou o processo e reduziu as margens de erro no tratamento de todas as obras. Talvez o único aspecto a relatarmos é o do envio de material a avaliar como livro e que se inscreve em outros tipos de produção. Lembramos aos colegas que a pontuação em produção não se reduz aos veículos periódicos e livros. Há a necessidade dos cursos e programas pontuarem no que a área classifica como produção técnica, didática e artística. Nestes domínios talvez ainda tenhamos muito que avançar e haja vista a área não ter investido na construção de documentos de qualis específicos. Isto não significa dizer que, de um lado, Atlas, Mapas e Relatórios Técnicos não sejam produtos importantes e estratégicos, denotando assim nível de inserção social do Curso e Programa na Sociedade e, de outro, Obras Didáticas não sejam valorizadas, pelo contrário elas são um gênero de produção a contribuir na indicação do nível de inserção do curso ou programa no Ensino Básico, diga-se de passagem, um tópico muito valorizado na avaliação.

Do apresentado até então, percebemos como a Comissão de Área, ao tentar induzir seus cursos e programas, foi reinventada pela leitura analítica dos

colegas, o que suscitou o apontamento de procedimentos e metas a cumprir, conforme transcrevemos do Relatório do Seminário de Meio Termo:

“Nosso intento é, portanto, o de aproveitar plenamente os procedimentos herdados, atuando em seu refinamento e, quando necessário, adequação às linguagens hodiernas.

Refinamento

Intentamos ampliar o nível de participação dos coordenadores de cursos e programas na dinâmica de construção de fotografias da área. Representa experiência já vivenciada em outras áreas e em relação às quais vislumbramos avanços significativos em seus processo de avaliação.

Para nós o processo de avaliação dispõe de um caráter formativo, e não meramente informativo, que nos permite vislumbrá-lo como um constructo no qual temos a possibilidade de nos posicionar, entender e interagir com a realidade a nos circundar (da Pós-graduação da Geografia brasileira). Nestes termos, nos colocamos em relação ao outro (cursos, programas e coordenadores) e, conseqüentemente, aumentamos a possibilidade de entendimento verticalizado do perfil do curso, programa e da coordenação à qual nos vinculamos.

Em termos práticos objetivamos participação ativa dos coordenadores:

Na análise das propostas de programa;

No cálculo do índice h de seus cursos e programas;

Na avaliação dos periódicos da área, realizando preenchimento do formulário de avaliação e atuando no cálculo do índice h;

Na construção de *templates* sínteses a comporem fotografias futuras da área.

Adequação às linguagens hodiernas

Como reflexo do discutido no seminário, empreenderemos:

- i . Modificações nos critérios de avaliação dos periódicos da área, incorporando, além do índice h, indicadores fundantes nos procedimentos de indexação junto à Scielo (carta já discutida no seminário de acompanhamento);
- ii. Discussão do tópico relacionado ao nível de internacionalização dos cursos e programas, induzindo um aprimoramento em seu preenchimento, bem como o pensar indicadores e pesos respectivos;
- iii. Adoção de procedimentos de avaliação a valorar, no domínio da produção científica, a coautoria qualificada.”

Podemos concluir que o legado de nossa Coordenação é o de possibilitar participação dos Coordenadores de Cursos e Programas na dinâmica de avaliação, conduzindo-nos, portanto, a fornecer-lhes todos os dados e informações que dispomos, bem como da apresentação antecipada de documentos e ensaios a alicerçarem o refinamento ou adequação de linguagem, nos termos acima indicados. Estamos, portanto, convictos de que a participação dos coordenadores é um bom caminho e intentamos fortalecê-la.

Lamentavelmente, a citada participação conta com limites que não podemos transpor. Evidenciamos tais limites em carta dirigida aos Coordenadores de Cursos e Programas e que tomamos a liberdade de transcrever abaixo:

“i. **O maior limite** é que a Política de Avaliação da Pós-Graduação é competência da CAPES, que estabelece eventos e cronogramas específicos nos quais as áreas, incluindo a nossa, devem participar;

Toda a lógica de avaliação da pós-graduação é idealizada na CAPES, em consonância com a leitura que as áreas fazem da ciência brasileira. Nela, temos acento e apresentamos/defendemos o como a

área avalia e nos esforçamos para fazer valer nossos procedimentos específicos. A Área de Geografia conseguiu fazê-lo em embate intenso e a suscitar uma cultura representativa do como, hoje, a área avalia em diálogo com as conquistas do passado. Nossa grande conquista foi o reconhecimento de que existe uma Cultura da Área e a devemos, principalmente, àqueles que nos antecederam.”

Também é esta CAPES que define os termos das composições da Coordenação de Área e das Comissões de Avaliação. A citada instituição alterou a sistemática de composição da Comissão de Área, resumindo-a, atualmente, à do Coordenador e de seus adjuntos (acadêmico e profissional). A Comissão de Avaliação somente será composta no momento que antecede a avaliação propriamente dita, sendo requerido do CTC um nível de representação a envolver: profissionais de competência comprovada (bolsistas produtividade preferencialmente) e representação de caráter nacional (distribuída em todas as regiões). No concernente às Comissões de Avaliação apresentou-se a possibilidade de constituição de grupos de pesquisadores a avaliarem conjuntos de propostas de Apcn's, Dinter's, Minter's, Casadinhos, Livros, Periódicos e etc., guardando sempre uma representação em escala nacional e a envolver todas as regiões: SUDESTE – USP, UFMG, UFF, UNES/PP, UFES e UNICAMP; NORDESTE – UFC, UFRN e UFBA; SUL – UNIOESTE e UFRGS; CENTRO-OESTE – UFG e UFGD; NORTE – UFPA e UNIR. Este nível de envolvimento é mais amplo se considerarmos as contribuições a partir do sistema informacional da CAPES, a envolver colegas na análise de propostas associadas a editais de natureza diversa.

ii. **O segundo maior limite**, e em relação ao qual somente tomamos ciência da dimensão dele recentemente, em São Luiz, foi o da mudança de Coordenadores de Cursos e Programas. Isto ficou claro na demanda pela mudança dos procedimentos da avaliação a poucos

meses da avaliação quadrienal. Tal alteração gerou nível de ruído que merece reflexão.

Torna-se difícil proceder à avaliação da área, quando tudo que foi discutido e acordado, como demonstrado acima, é novamente questionado a poucos meses da avaliação quadrienal. Aparentemente, uma grande parte dos coordenadores presentes na reunião da ANPEGE não tinha conhecimento dos fatos anteriormente relatados, possivelmente em decorrência das mudanças de coordenações. Muitas vezes essas informações não são repassadas, ou quando são, parece não ser em sua íntegra, quando ocorre a transmissão dos cargos. Possíveis lapsos das informações sobre o que foi pré-estabelecido traz descontinuidades, o que limita a implementação do processo avaliativo de qualquer sistema de avaliação, ou seja, dificulta o estabelecimento de procedimentos e metas a seguir.

Em síntese, o apresentado até o momento significa dar continuidade ao que a área já vinha implementando, e que não implica em receio quanto aos resultados de eventuais classificações. A área avançou muito nos últimos tempos e temos clareza do quanto ela se aprimorou. Os critérios de avaliação foram refinados ao longo do tempo e sua linguagem atualizada, e o crescimento qualitativo pelo qual passamos é um reflexo direto dele. Temos ciência da cultura da área e da necessidade: i. de sua defesa (na evidenciação do que se percebe de qualitativo nela); ii. de refinamento do processo de avaliação e iii. de eventuais necessidades de adequações de linguagens ou mesmo do aprimoramento dos procedimentos que possam traduzir, sem deixar de se pautar pelo mérito, o melhor da produção da Pós-graduação na área da Geografia.”

Do diálogo sempre positivo e construtivo que a Coordenação de Área manteve com a ANPEGE, colocamo-nos à disposição no sentido de dirimir quaisquer

dúvidas restantes, bem como a de disponibilizar documentos comentados no texto ou outros que se fizerem necessários. Não querendo sobrecarregar o arquivo com conjunto de documentos expressivo, optamos pelo envio de documento síntese e no qual os colegas podem acessar a elementos representativos das discussões empreendidas em Brasília (Relatório do Seminário de Meio Termo, em anexo).

Lembramos que é no domínio do refinamento e da necessidade de adequação a novas linguagens, que se apresenta, no processo de avaliação como um constructo, a possibilidade de discussão continuada dos procedimentos e critérios de avaliação. Neste sentido sempre há abertura para sugestões de instâncias representativas da Pós-Graduação em Geografia, no caso a ANPEGE, e que podem potencializar a arte de avaliação e justificar, no futuro, mudanças em seus parâmetros.

Brasília, 21 de agosto de 2016.

Comissão de Área da Geografia CAPES